



**VPSHR** VOLUNTARY PRINCIPLES  
SECURITY  
AND HUMAN RIGHTS

**IN CABO DELGADO BULLETIN**  
MULTI-STAKEHOLDER PLATFORM FOR DIALOGUE

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | [www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Domingo, 21 de Março de 2021 | Ano 1, n.º 9 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

WORKSHOP DE PEMBA

## Respeito pelos direitos humanos passa por devolver a paz, dignidade e esperança às pessoas vítimas do conflito



**NneNne Iwuji-Eme**, Alta Comissária Britânica para Moçambique, **Armindo Ngunga**, Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado, **Valige Tauabo**, Governador da Província de Cabo Delgado

O Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado defende que condenar a violação ostensiva dos direitos humanos no contexto do extremismo violento é, antes de mais, condenar as acções terroristas e garantir que as “populações indefesas, vítimas dos actos hediondos e desumanos perpetrados por aquele grupo sanguinário, vejam realizada a justiça no quadro dos cri-

mes contra a humanidade”. Armindo Ngunga falava quarta-feira, 17 de Março, na abertura do *workshop* de Pemba sobre a promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado.

Numa clara reacção ao mais recente relatório da Amnistia Internacional que acusa as Forças de Defesa e Segurança (FDS) de vio-



**ARMINDO NGUNGA**, Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado

lar os direitos humanos em Cabo Delgado, o Secretário de Estado de Cabo Delgado disse que a população da província e o Estado moçambicano estão a ser agredidos perante “o silêncio cúmplice de algumas instituições bem conhecidas na arena internacional”. “Não são poucas as vezes em que tais instituições ensaiam transformar o agressor em vítima, invertendo, ao arpejo de todos nós, o significado da verdade”.

Para Armindo Ngunga, é contraditório e de nenhum sentido lógico acreditar em informações veiculadas sobre a violação de direitos humanos que atribuem às FDS os actos criminosos perpetrados por terroristas, “ignorando propositadamente os antecedentes, a conduta criminosa reiterada e o cadastro criminal que militam contra os reais agressores”.

No âmbito de combate ao terrorismo, Ngunga diz que as demandas inerentes à segurança nacional não podem ser vistas meramente como um negócio dependente das leis do mercado, da procura e da oferta e sua orientação única para gerar lucro. “Poderá até comportar uma transacção pecuniária para aceder a algum equipamento necessário e adequado para o patrulhamento, para a protecção e defesa da pátria e no combate às

ameaças à integridade territorial”. Mas, explica, tal transacção ocorre no prosseguimento legítimo do mais nobre interesse público que é a defesa da soberania e integridade territorial, “pois a soberania reside no Povo e é dele que, naturalmente, emerge a necessidade de garantir a defesa da pátria, da independência e das suas conquistas”.

Sobre a necessidade de protecção das populações deslocadas devido aos ataques, o Secretário de Estado de Cabo Delgado disse que foi desenhado um Plano de Gestão de Deslocados que, para além de identificar, demarcar e atribuir talhões às famílias em novas aldeias, inclui a restituição dos meios de vida com a abertura de machambas para garantir a produção agrária. O objectivo é não perpetuar a dependência humanitária sob forma de donativos, comida e abrigo, “recebidos de mãos caridosas que roubam a auto-estima e a confiança no futuro assente na cultura de trabalho”.

No rol das prioridades dos órgãos do Estado na Província de Cabo Delgado, Ngunga destaca a necessidade de devolver a paz, a dignidade e a esperança às comunidades que se encontram na condição de deslocados e “precisam desesperadamente de se reerguer desta situação para que encontrem uma nova oportunidade de dormir, sonhar e acordar sem pesadelos” nos locais onde são acolhidos.

**Para Armindo Ngunga, é contraditório e de nenhum sentido lógico acreditar em informações veiculadas sobre a violação de direitos humanos que atribuem às FDS os actos criminosos perpetrados por terroristas, “ignorando propositadamente os antecedentes, a conduta criminosa reiterada e o cadastro criminal que militam contra os reais agressores”**

## Reino Unido reitera apoio na criação de ambiente favorável para a implementação dos Princípios Voluntários



**NNENNE IWUJI-EME,**  
Comissária Britânica para Moçambique

O projecto que visa promover e facilitar a implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique, com particular enfoque na Província de Cabo Delgado, é uma iniciativa do Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) apoiada pelo Governo do Reino Unido. O objectivo central do projecto é minimizar o risco de abusos de direitos humanos e incidentes relacionados com a segurança das comunidades e promover a transparência e boas práticas de responsabilidade social corporativa.

Falando na cerimónia de abertura do workshop de Pemba, a Alta Comissária do Reino Unido em Moçambique, NneNne Iwuji-Eme, destacou a importância dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos

Humanos para o Governo, sector privado e sociedade civil. Para o sector público, os Princípios Voluntários oferecem uma plataforma para discutir as expectativas sobre a conduta empresarial responsável, integrando questões emergenciais de direitos humanos, bem como identificar oportunidades para a sua implementação. “Os Princípios Voluntários permitem que os governos promovam com clareza as práticas comerciais responsáveis, além de apoiar outros objectivos de políticas públicas relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável, fortalecimento e melhoria do ambiente de negócios e prevenção de conflitos sociais”.

Para o sector privado, os Princípios Voluntários permitem reduzir riscos reputacionais das empresas e contribuem para a estabilidade das operações empresariais, incluindo a redução de atrasos na produção - que são muitas vezes provocados por conflitos sociais e instabilidade política. “A participação do sector privado pode também ajudar a trazer o Governo local à mesa de diálogo, bem como alavancar o seu compromisso com a protecção dos direitos humanos”.

A Alta Comissária do Reino Unido em Moçambique explicou que, para a sociedade civil e as comunidades, os Princípios Voluntários oferecem uma plataforma de aprendizagem colectiva para melhor apoiar todas as partes interessadas por meio do seu trabalho em direitos humanos, paz e segurança. “Enfatizamos o nosso comprometimento em apoiar as políticas do Governo de Moçambique para propiciar um ambiente em que esses princípios podem ser implementados, especialmente a educação em vários níveis”.

## Sector privado diz que segurança é condição prioritária para melhoria do ambiente de negócios em Cabo Delgado



**GULAMO ABOOBAKAR**, Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado

O sector privado esteve representado pelo Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado, Gulamo Aboobakar. O empresário defendeu que a segurança é uma questão prioritária em Cabo Delgado, pois constitui a condição necessária para a melhoria do ambiente de negócios e a protecção dos direitos humanos. Aliás, o líder empresarial defendeu que a construção de um desenvolvimento efectivo requer a consolidação da paz e prosperidade para todos, o que implica assegurar

a segurança e a plena observância dos direitos humanos.

“A Declaração Universal dos Direitos diz, no seu artigo 3º, que todo o individuo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. O facto é que alguns dos nossos concidadãos perderam esses direitos, pelo que cabe a todos nós fazer tudo que estiver ao nosso alcance para que esses direitos sejam repostos. Escusado será dizer que numa situação destas, o ambiente de negócios não pode e nem poderia ser bom. Muitos dos nossos colegas pequenos e médios empresários engrossam a lista de deslocados, perderam tudo e outros estão endividados e numa situação de desespero”.

**“A Declaração Universal dos Direitos diz, no seu artigo 3º, que todo o individuo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. O facto é que alguns dos nossos concidadãos perderam esses direitos, pelo que cabe a todos nós fazer tudo que estiver ao nosso alcance para que esses direitos sejam repostos.”**

## Osman Yacob, presidente da Comunidade Muçulmana em Cabo Delgado



**OSMAN YACOB**, Presidente da Comunidade Muçulmana em Cabo Delgado

“As comunidades de Cabo Delgado estão entrosadas e há séculos que vivem em comunhão. Os muçulmanos e cristãos vivem juntos. A comunidade muçulmana faz um trabalho extraordinário que consiste na ajuda às comunidades, sobretudo os deslocados do conflito armado. Vamos sempre continuar a apoiar as comunidades. Nós tínhamos os insurgentes há 25 quilómetros da Cidade de Pemba, mas hoje já não estão aqui. E a viragem começou quando se criou um ambiente favorável de cooperação entre as populações e as Forças de Defesa e Segurança. Mas o flagelo de Cabo Delgado não vem apenas da guerra, vem também da falta de políticas claras de conteúdo local capazes de alavancar o empresariado local e criar emprego para jovens, reduzindo assim a sua vulnerabilidade ao extremismo violento”.

## Representantes dos distritos afectados pelo conflito falam dos desafios actuais

O *workshop* de Pemba contou com a participação de representantes dos distritos directa e indirectamente afectados pelo extremismo violento. No segundo e último dia do evento, os Secretários Permanentes (SP) desses distritos falaram do sofrimento das pessoas que perderam familiares, do rasto de destruição de propriedades públicas e privadas (incluindo milhares de casas) e os desafios que os respectivos governos enfrentam para prover assistência aos deslocados.





**GUILHERME DOS SANTOS,**  
SP do Distrito de Meluco

---

“Meluco faz limite com três distritos afectados pelos ataques terroristas. No nosso distrito, registamos ataques em um posto administrativo, onde os terroristas vandalizaram um centro de saúde e forçaram o abandono de 11 aldeias e encerramento de 11 escolas. Em Março de 2020, quando a insurgência estava no pico, não conseguíamos abastecer o distrito. Hoje temos tido abastecimento, mas o custo de vida é elevado. O poder de compra das famílias ficou muito afectado. Recebemos concidadãos que vinham de Quissanga, Macomia e Nangade. Nós não estávamos preparados para acolher milhares de deslocados no nosso distrito, foi um

grande desafio para o Governo. Até Fevereiro deste ano já tínhamos acolhido mais de nove (9) mil pessoas. No centro de acolhimento que abrimos vivem 150 famílias, fizemos a extensão de energia e abrimos dois furos de água no local. Houve mobilização das comunidades para envolverem-se na vigilância e segurança das suas aldeias: elas foram orientadas a levar todas as pessoas que chegam na aldeia aos líderes locais. Estamos a ter dificuldades de lidar com deslocados que, além de terem perdido os seus bens, viram os seus familiares a serem assassinados. São pessoas que estão totalmente desmoralizadas e precisam de apoio psicossocial”.



**SÉRGIO MÁRIO,** Substituto do SP da Mocímboa da Praia

---

“Foi em Mocímboa da Praia onde os ataques terroristas começaram no dia 5 de Outubro de 2017. Em Março do ano passado tivemos o segundo ataque à vila municipal e em Julho houve o terceiro ataque. Tivemos que abandonar totalmente o Distrito da Mocímboa da Praia. O comércio e os serviços públicos e privados estão todos paralisados. Os funcionários estão dispersos

em outros distritos de Cabo Delgado. Os jovens estão desempregados. Para reduzir o envolvimento de jovens devemos criar oportunidades de formação profissional e de emprego. Temos que ocupar os jovens. Temos que dar formação profissional para que os jovens tenham o seu emprego e o seu auto-sustento. Só assim podemos reduzir a vulnerabilidade dos jovens.”



**MARIA JUSTINO,**  
SP do Distrito de Macomia

---

“Eu acho que deveríamos envolver as comunidades, sobretudo os jovens, nesta questão de direitos humanos. Na verdade, são os jovens que estão a sair das comunidades para juntar-se aos grupos terroristas. Muitos não têm a mínima noção do que são direitos humanos – eles envolvem-se naquela situação de violência extrema sem ter em conta os seus efeitos. Matam os seus próprios pais,

irmãos e familiares. O Governo do Distrito de Macomia trabalha na sensibilização de jovens que ainda não aderiram aos grupos do extremismo violento como forma de reduzir a sua vulnerabilidade ao recrutamento. Mas precisamos do apoio de parceiros nacionais e internacionais que trabalham na área de direitos humanos. Eles devem nos ajudar a sensibilizar os jovens”.



**BENEDITO VALÉRIO,**  
SP do Distrito de Muidumbe

---

“Muidumbe é um dos distritos duramente afectados pelo terrorismo. Muitas aldeias estão abandonadas, as moageiras foram queimadas, 803 estabelecimentos comerciais foram incendiados, oito (8) pensões foram queimadas, cinco (5) armazéns foram queimados. A nossa população produzia feijões e vendia para comerciantes que vinham de Pemba e Nampula. Mas hoje isso não existe. Hoje só temos dois (2) postos de saúde, dos sete (7) que tínhamos. O pessoal

da Saúde abandonou o distrito e nós tivemos que criar brigadas móveis para assistir a população que ainda continua em Muidumbe. Nas comunidades introduzimos uma espécie de recenseamento onde os pais dizem onde estão os seus filhos. Estamos dilacerados, o distrito está dilacerado. Apesar desse ambiente de insegurança, sempre procuramos sensibilizar as comunidades a respeitar os direitos humanos, entregando os suspeitos às autoridades”.



**ARNALDO MUEHA,**  
SP do Distrito de Nangade

---

“Nangade tem grande potencial na produção de caju na província. Como muitos distritos que estão na zona norte da província, Nangade também está assolado pelo terrorismo. Em finais de 2020, muitos comerciantes que haviam abandonado o distrito começaram a regressar a Nangade. Mas desde Fevereiro deste ano voltamos a registar casos de abandono do distrito, não só por parte dos comerciantes, mas também da população. Os serviços

essenciais do Governo estão a funcionar, apesar de alguns funcionários terem abandonado o distrito. Quero agradecer o esforço das Forças de Defesa e Segurança em proteger as populações. Em cada aldeia temos uma força local que protege a zona. A estrada que parte de Mueda até Palma e atravessa Nangade está fechada devido aos ataques e isso deixou o distrito sem condições de abastecimento em produtos alimentares e combustíveis”.



**ALBERTINO LOURENÇO,**  
SP do Distrito de Mueda

---

“Mueda é tido como um distrito rececionista dos deslocados. Temos situação de catástrofe social, temos vários grupos sociais a conviver no mesmo espaço: Forças de Defesa e Segurança, deslocados e a própria população nativa. As dificuldades de assistência aos deslocados são enormes. Sobre a questão dos direitos humanos, gostaria de pedir um esclarecimento: Como é que as nossas Forças de De-

fesa e Segurança poderiam evitar o uso de força para conter os ataques terroristas num contexto em que o inimigo mata e decapita pessoas de forma indiscriminada. Qual deve ser a atitude das nossas forças para resolver este problema? Como representantes do Governo temos informado às nossas comunidades sobre a necessidade de sermos tolerantes e perdoarmos uns aos outros”.





**Alexandra Sheppard**, vice-Alta Comissária Britânica em Moçambique, **Valige Tauabo**, Governador da Província de Cabo Delgado, **Coronel Carlos Mucamissa**, Director Nacional da Educação Cívico-Patriótica

## **Promover o conteúdo local (de Cabo Delgado) e a formação profissional de jovens para reduzir a sua vulnerabilidade a recrutamento**

O Governador da Província de Cabo Delgado defendeu que é imperioso trabalhar na promoção do conteúdo *local local* (entenda-se conteúdo local de Cabo Delgado) e outras iniciativas que visam a formação profissional de jovens e a integração social das famílias vulneráveis, particularmente aquelas chefiadas por idosos e crianças. Valige Tauabo falava na quinta-feira, 18 de Março, no encerramento do *workshop* de Pemba, evento organizado pelo CDD no âmbito do projecto de facilitação e promoção da implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique, com particular enfoque em Cabo Delgado.

Além da promoção do *conteúdo local local*, o Governador de Cabo Delgado considera importante um trabalho de advocacia junto das pequenas e médias empresas, das petro-

líferas que operam na bacia do Rovuma e das mineradoras que exploram minerais e pedras preciosas visando assegurar oportunidades de emprego para jovens. Apostar nos jovens, dando-lhes oportunidades de formação profissional, emprego e de empreendedorismo, é uma valiosa forma de reduzir a sua vulnerabilidade a recrutamentos pelos movimentos extremistas que aterrorizam Cabo Delgado.

Após dois dias a acompanhar sessões de debate sobre “negócios, segurança e direitos humanos” e sobre Princípios Voluntários, Valige Tauabo disse que o exercício dos direitos humanos é um imperativo para a realização do bem-estar da população. “Continuaremos a mobilizar organizações, parceiros de cooperação e a população em geral para se envolverem em acções que façam prevalecer, sobre todas as tendências, o exercício dos di-

reitos humanos”.

O Governador de Cabo Delgado enalteceu o projecto do CDD, afirmando que se trata de uma iniciativa que reforça a convicção de que é necessário garantir a participação do cidadão nos programas de desenvolvimento para reforçar a confiança e legitimidade dos órgãos do Estado, “a fim de propiciar um bom ambiente de negócios e a mobilização de investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social”.

Saudou também a participação activa de representantes do Governo, missões diplomáticas, FDS, sector privado, sociedade civil e dos académicos “pela abertura e frontalidade com que colocaram as suas preocupações”. “Aliás, este espaço foi-nos reservado para aprofundarmos a nossa compreensão sobre o caminho a seguir para que a riqueza de que dispomos em Cabo Delgado não traga desgraças, mas sim prosperidade”, explicou Valige Tauabo.

## “Seria muito interessante a criação de uma plataforma local de discussão dos Princípios Voluntários”



**ALEXANDRA SHEPPARD**, vice-Alta  
Comissária Britânica em Moçambique

Em representação do Governo do Reino Unido, financiador do projecto, a vice-Alta Comissária, Alexandra Sheppard, participou da cerimónia de encerramento do *workshop*

de Pemba. No seu discurso, a diplomata britânica lembrou que o papel de cada um dos intervenientes, nomeadamente Governo, sector privado e sociedade civil, é fundamental para o alcance do principal objectivo da iniciativa: “minimizar o risco de abusos dos direitos humanos e de ocorrência de incidentes relacionados com a segurança nas comunidades, bem como promover a transparência e as boas práticas de responsabilidade social corporativa”.

Com base nas várias discussões promovidas no âmbito do projecto (*webinars* e *workshops*) serão feitas recomendações sobre os próximos passos a dar, sempre com o objectivo de garantir a participação de mais actores nacionais e internacionais. Alguns já manifestaram interesse em fazer parte da iniciativa de promoção e facilitação da implementação efectiva dos Princípios Voluntários em Cabo Delgado. “Dessa forma, seria muito interessante a criação de uma plataforma local de discussão do tema de modo a garantir a sua apropriação”, sugeriu a vice-Alta Comissária Britânica para Moçambique.

## “Quando os direitos humanos são colocados em risco, o Estado é obrigado a agir de forma a protegê-los”



**CORONEL CARLOS MUCAMISSA**, Director Nacional da Educação Cívico-Patriótica

Falando na cerimónia de encerramento do *workshop* de Pemba em representação do Ministério da Defesa Nacional (MDN), o Coronel Carlos Mucamissa, Director Nacional da Educação Cívico-Patriótica, fez notar que quando os direitos humanos são colocados em risco, o Estado é obrigado a agir de forma a protegê-los através da aplicação de todos os instrumentos do poder que a lei estabelece. “Dentro desses instrumentos, conforme a situação exigir, as Forças Armadas podem ser chamadas a intervir, tendo como propósito principal proteger as populações, seus

bens, bem como a protecção do património material público e privado, e aqui inclui-se as empresas petrolíferas que operam em Cabo Delgado”.

Trata-se de uma intervenção de “natureza complexa”, em que os militares estão obrigados a conformarem-se com as leis nacionais e as normas internacionais, nomeadamente a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário. Na sua actuação, os militares devem assumir uma postura que resulta de uma série de mecanismos institucionais estabelecidos, “como o papel dos estabelecimentos de ensino e formação militares, bem como o treino operacional dos militares, cujas actividades também se circunscrevem na Educação Cívico-Patriótica”.


O Coronel Carlos Mucamissa lembrou que o quadro normativo em vigor no País determina que os recursos naturais no solo e no subsolo são propriedade do Estado e que os projectos da sua exploração representam uma prioridade no quadro da estratégia de desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. Nesse contexto, defende o Coronel Mucamissa, a protecção desses recursos deve configurar prioridade, visto que “em algumas regiões onde decorrerem projectos de prospecção e/ou de exploração o ambiente de segurança é desafiador, com implicações directas na observância dos direitos humanos, como é o caso do norte da Província de Cabo Delgado”.



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula , Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

#### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

